

EDUCAÇÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

**PROPOSTAS CONSTRUÍDAS E APROVADAS
PELOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
NO 1º SEMINÁRIO DE 2020**



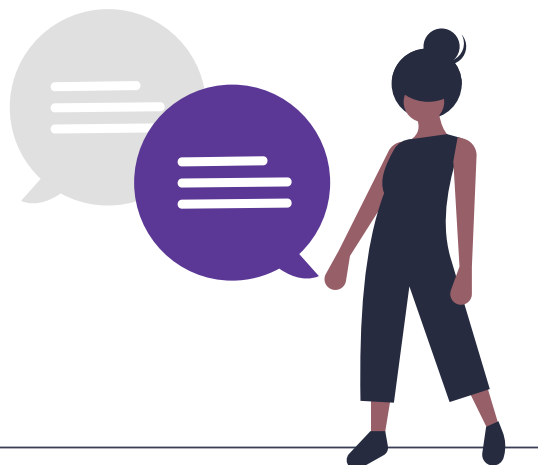
EDUCAÇÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

**PROPOSTAS CONSTRUÍDAS E APROVADAS
PELOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
NO 1º SEMINÁRIO DE 2020**



SUMÁRIO

1 	INTRODUÇÃO	03
2 	SOBRE ALGUNS CONCEITOS	05
2.1 	TELETRABALHO	06
2.2 	ENSINO REMOTO EMERGENCIAL	07
2.3 	ENSINO À DISTÂNCIA (EAD).....	08
2.4 	A EAD, O ENSINO EMERGENCIAL REMOTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA REFLEXÃO.....	09
3 	SÃO NOSSOS PRINCÍPIOS.....	12
4 	AÇÕES DIRECIONADAS À SMED	15
5 	AÇÕES DIRECIONADAS ÀS NOSSAS LUTAS.....	18
6 	PROPOSTAS DE EIXOS POLÍTICOS VOTADOS EM ASSEMBLEIA A SEREM ABSORVIDAS PELO SIND-REDE	21
7 	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
8 	REFERÊNCIAS.....	25



INTRODUÇÃO

O Brasil e o mundo passam por um imenso desafio em função da pandemia da Covid-19 que já exterminou milhões de vidas. O enfrentamento a este vírus exige em todos os setores, a adoção de ações jamais pensadas e no campo da educação não é diferente. Desde o início desta pandemia, o fechamento das escolas foi uma das primeiras medidas adotadas por governos em todo o mundo e, com isso, um imenso contingente de pessoas tiveram suas vidas duramente afetadas.

Em um país como o Brasil, que tem a sua frente um governo que apresenta políticas contrárias às medidas orientadas pela OMS, isso se torna ainda mais grave. Ao contrário do que se espera dos que estão à frente do governo, o que assistimos é uma triste convocação daqueles que deveriam zelar pela vida e pelas condições de existência da população a “passar a boiada”, como ouvimos recentemente do ministro do Meio Ambiente, ou seja, entregar nosso patrimônio e acabar com direitos duramente conquistados ao longo de anos.

A crise sanitária só escancarou a realidade do Brasil e, que nunca deu à Educação e à Saúde a devida atenção por meio de recursos necessários à sua manutenção e desenvolvimento. Nos últimos anos especialmente, temos sofrido com o congelamento de verbas e com a ideia tão difundida de um suposto excesso de gastos sociais. Colhemos agora, tanto na Saúde como na Educação, anos de desinvestimento e, infelizmente, não é de hoje que esse descaso mata sonhos e vidas.

Diante desse cenário e da longa duração da pandemia, as medidas de isolamento social, dentre elas, o fechamento das escolas, vêm se estendendo, o que faz com que as discussões sobre possíveis ações para lidar e minimizar os problemas causados por tal situação se torne uma tarefa primordial dos coletivos, conselhos, escolas, comunidades, sindicatos e de todos que constroem a educação.

Foi nesse contexto que nasceu o Seminário “Direito à Educação e desafios em Tempos de Pandemia” organizado pelo Sind-REDE/BH e por trabalhadores da base que se dispuseram a assumir essa empreitada. O Seminário foi realizado no mês de julho de 2020. Foram quatro dias de trabalho com lives, debates, discussões em grupo e plenária final. Contamos com a presença de professores pesquisadores, de sindicalistas, professores de outras redes e de fora do Brasil e dos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino (Concursados e Terceirizados). Nas atividades em grupo tivemos as temáticas: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais), Ensino Fundamental (anos finais), EJA, Educação Inclusiva, Saúde do Trabalhador, Escola Integrada e Trabalhadores Terceirizados.

Esta cartilha traz algumas considerações que foram debatidas e aprovadas no Seminário e na nossa assembleia. Todas as questões aqui apontadas servem para pensarmos a necessidade de defendermos a Educação enquanto um direito social que não pode excluir nenhum estudante e nenhum trabalhador. Em breve teremos outro seminário, pois, os desafios são muitos, principalmente em tempos de pandemia.



SOBRE ALGUNS CONCEITOS

Quando falamos dos direitos e desafios da educação em tempos de pandemia é preciso chamar atenção para o nosso fazer, para o trabalho que realizamos nas escolas que é possibilitado pela presença de diferentes pessoas e que tem como centro, o estudante. Dentro das escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte, são muitos os trabalhadores Concursados, Terceirizados e em alguns momentos, bolsistas que atuam em conjunto, cada um com sua importância, para que o direito à educação de cada estudante possa se efetivar por meio das nossas práticas. E é por este motivo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB 9394/1996, afirma ser uma necessidade que este trabalho se efetive com profissionais valorizados.

A escola, um local que se define a partir das interações e aprendizagens, tem como um dos princípios o ato de ensinar, que exige a criticidade como bem nos ensina Paulo Freire. O ato de ensinar não é restrito apenas ao professor, sabemos que todos na escola cooperam para o processo de socialização e ensino aprendizagem dos estudantes. Mas é urgente afirmar que cabe ao professor a realização de um trabalho que envolve os sentidos e os significados vivenciados e experimentados no contexto da sala de aula e dentro da escola. O momento da aprendizagem é configurado por situações reais que exigem tomadas de decisão favoráveis para que tal processo se efetive. De fato, o professor é um “leitor de situações” como afirma Tardif e Lessard (2009, p. 259) e o seu objeto de trabalho é social e individual: o aluno. É preciso assim, no meio da coletividade, levar em consideração as diferenças individuais.

Entretanto, na pandemia, quando nossos locais de trabalho foram fechados, quando tantas mudanças incidiram sobre a Comunidade Escolar, diversas questões apareceram. Como pensar essa educação e a nova organização da escola? Como pensar cada um destes sujeitos? Como pensar os estudantes e suas famílias? Como pensar o nosso trabalho?

Os desafios foram colocados para todos nós e assim, passamos a pensar, a debater e a apresentar propostas com o objetivo de construir caminhos possíveis a partir do diálogo pautado nos princípios do direito à educação, da não exclusão de nenhum estudante e da manutenção dos empregos que dependem da escola.

Neste primeiro momento apresentaremos três conceitos que fizeram parte das nossas discussões no Seminário: o Teletrabalho, o Ensino remoto e a Educação a distância (EAD).

2.1 TELETRABALHO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o teletrabalho como atividade realizada mediante recursos de tecnologia facilitadora de informação e comunicação, prestada a partir de lugar distante da empresa ou estabelecimento, que permite a separação física entre o local de produção ou prestação de serviço e o local de funcionamento da empresa.

No serviço público municipal de Belo Horizonte o teletrabalho foi regulamentado a partir do Decreto 17.329/20 (art. 3º § 3º, § 10º § 3º), que saiu após a situação de emergência ocasionada pela pandemia da Covid19, sendo direcionado aos agentes públicos cujas atribuições, devido a sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, sem prejuízo ao serviço público (Portaria da SMPOG).

Posteriormente, a Portaria 110/20 regulamentou o teletrabalho para os trabalhadores da educação da Rede Municipal. Ela trata especificamente sobre a convocação dos professores da Educação Infantil, professores de Ensino Fundamental (anos iniciais e anos

finais) e pedagogos para a realização do teletrabalho. Deixando de fora os AAEs e os professores em readaptação funcional, os quais permaneceram de sobreaviso.

A Portaria regulamenta atividades de formação, reuniões nas escolas e planejamentos pedagógicos que contemplem a questão da pandemia. Discorre sobre a necessidade de elaboração de novas estratégias para a organização do trabalho, determinando que os Trabalhadores em Educação façam um levantamento da situação de saúde dos estudantes e seus familiares. Ela aponta a necessidade de produção de atividades remotas, que poderão ser ou não realizadas concomitantes às atividades presenciais, assim como a forma de avaliá-las, mas não indica o envio dessas atividades aos estudantes, não cabendo, portanto, uma imposição interna nas escolas para que isso aconteça neste momento. A Portaria não estabelece prazo para o retorno das atividades presenciais.

2.2 ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

O ensino remoto emergencial foi colocado no cenário da Educação no Brasil devido a pandemia causada pelo Covid-19. O governo federal lançou a partir de março, Portaria que versava sobre a possibilidade da utilização, em caráter excepcional, de tecnologias e meios digitais para substituir as aulas presenciais no ensino superior, mas nada falou sobre a educação básica e assim, as unidades federativas passaram a se organizar de diferentes formas para dar uma resposta a este contexto. Nesse cenário, algumas escolas da rede privada e da rede estadual, como aqui em Minas Gerais, adotaram o que chamamos de ensino remoto emergencial. É uma forma de trabalho na qual professores e estudantes, impedidos de estarem na escola, são levados a fazerem uso das plataformas digitais, TV, materiais impressos, para dar andamento às atividades escolares.

Cabe destacar aqui que em abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação construiu um parecer sobre a educação no contexto de pandemia em todas as modalidades, deixando clara a necessidade

de cada unidade federativa organizar um estudo, planejar e, ao adotar qualquer medida, considerar a não exclusão dos estudantes neste contexto. A partir de então, diretrizes são divulgadas, a concepção de flexibilizar os 200 dias letivos e as atividades a serem adotadas para se organizar um possível calendário passaram a fazer parte destas discussões. Em Belo Horizonte, a Secretaria de Educação suspendeu as aulas presenciais, colocou os trabalhadores em sobreaviso e, em julho, regulamentou o teletrabalho na Educação.

2.3 ENSINO À DISTÂNCIA (EAD)

O Ensino a Distância (EaD) é uma modalidade de Educação planejada por docentes ou instituições na qual professores e alunos estão separados espacialmente/ geograficamente, tendo o processo de ensino aprendizagem mediado pelas diversas tecnologias de comunicação. Esta modalidade de ensino iniciou-se na década de 90 com o uso de correspondência, nos formatos dos cursos profissionalizantes, depois passou a utilizar as mídias da comunicação como rádio, TV, visando possibilitar a alfabetização da população e também com a universidade aberta, voltada para a formação dos estudantes que eram impossibilitados, por diferentes barreiras, de frequentarem cursos superiores. Atualmente, se apresenta como a educação *online* e faz uso das diversas tecnologias da informação e comunicação, as TIC's. Esta modalidade de ensino também foi introduzida na LDB 9394/1996.

Um dos conceitos mais evoluídos da EaD considera que esta modalidade possibilita atividades de aprendizagem estabelecidas por meio de um planejamento e preparação de materiais de aprendizagem, o provimento de assistência ao aluno, o reconhecimento por certificação compete a instituição de ensino superior, bem como a disponibilização de ferramentas que permitam o diálogo e a interação dos alunos entre si e com seus professores. (MILL, 2010. p. 42)

Autores como José Manoel Moram (2009) afirmam que com o tempo mais mudanças impactaram a estrutura desta modalidade.

Atualmente, ela pode ser efetivada de forma síncrona, com professores e alunos no mesmo momento usando as tecnologias como chat e videoconferência ou assíncrona, quando não é necessário a presença do professor e dos alunos ao mesmo tempo como acontece nos fóruns. Todavia, é preciso considerar a formação profissional específica para atuação nessa modalidade, pois, exige usos de diversos saberes que, quando mal direcionada, coloca em xeque o trabalho docente (MILL, 2010).

2.4 A EAD, O ENSINO EMERGENCIAL REMOTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA REFLEXÃO

Ao se discutir a utilização da EAD como uma possibilidade neste momento emergencial, temos que estar atentos a diversas questões que surgem a partir da implementação dessa modalidade de Educação, assim, se fazem necessárias algumas reflexões.

Sobre o ponto de vista da luta por uma educação de qualidade para todos os alunos das Escolas Públicas, não consideramos a Educação a Distância como uma possibilidade. É sabido que grande parte dos estudantes não têm acesso a computadores e internet em suas residências, e mesmo os que têm, necessitariam de um suporte que os pais e/ou responsáveis, muitas vezes não são capazes de proporcionar. A falta de infraestrutura básica na casa dos trabalhadores e trabalhadoras, seja tecnológica ou de renda, é uma das barreiras para a efetividade deste método.

Ao se apostar na EAD, não se leva em conta o desenvolvimento humano e social que as escolas proporcionam, de acordo com as especificidades de suas comunidades e a construção conjunta do conhecimento compartilhado em sala de aula por alunos e professores. Assim, apesar de haver hoje no Brasil uma legislação que abarque a EAD, sua utilização em larga escala como vem sendo debatida nesse contexto talvez seja mais prejudicial do que a não utilização, devido tanto a questões infraestruturais quanto a questões de entendimento do que seja uma educação de qualidade,

pois, sabemos que nem os sistemas e instituições de ensino estão preparados para a adoção da EAD, nem os docentes têm formação adequada para o uso de tais ferramentas, por esta nunca ter sido uma exigência para a sua formação e atuação até o momento.

Outro aspecto de grande relevância nessa discussão é que a ampliação da EAD, representará um salto gigantesco na privatização da Educação, na transferência de recursos públicos para instituições privadas, situação que já vem sendo um grande problema para a Educação em todo o país.

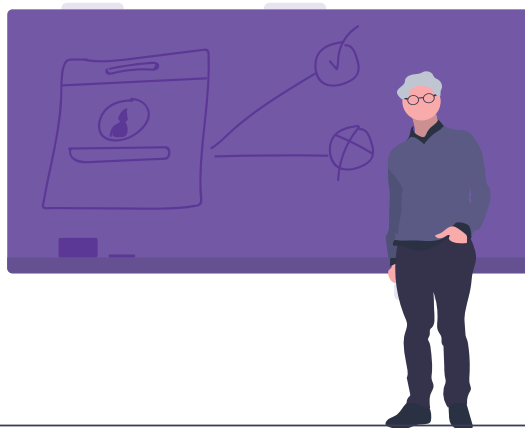
Há décadas a EAD vem sendo aplicada na Educação como suposta alternativa para sua melhoria e alcance, mas para além de ser uma forma de acesso aos que não têm condição de continuar os estudos de forma presencial, é como vimos, um dos caminhos que levam a sua privatização e precarização tanto em termos de qualidade do ensino quanto das relações de trabalho. Dessa forma, além de privatização e mercantilização da Educação, ela tem servido para um sucateamento ainda maior do ensino, com geração de mais exploração do trabalho, desemprego e o aprofundamento das desigualdades sociais, digitais, culturais e econômicas dos estudantes brasileiros, tornando ainda mais desigual as oportunidades de acesso ao conhecimento.

O ensino emergencial remoto segue no mesmo caminho da EAD no que se refere ao aprofundamento das desigualdades para os estudantes e com um agravante, não estar regulamentado. No estado de Minas Gerais, temos acompanhado com tristeza diversas situações de alunos e alunas que estão submetidos a essa política e que têm ficado ainda mais à margem da Educação. A falsa ideia de que estão sendo contemplados os conteúdos e objetivos educacionais a partir da utilização do ensino emergencial remoto, aprofunda os abismos entre o ensino privado e o ensino público, faz com que diversos jovens acabem evadindo das escolas por não terem como acompanhar as aulas e diversas famílias sejam iludidas quanto a efetividade da adoção de tal prática. Por outro lado, não podemos nos esquecer da condição do trabalho docente colocado neste contexto. Professores sendo obrigados a lidar com tecnologias sem formação, sem materialidade, sem suporte nenhum para a

realização de atividades de acompanhamento aos estudantes. Muitos tendo que usar seus aparelhos celulares, números privados, trabalhando em horários desregulados para atenderem a procura de algumas famílias que não conseguem compreender o que está sendo proposto nas apostilas, nas aulas da TV. A falta de uma escuta ativa aos profissionais da Educação e ao sindicato que os representa, a sobrecarga de trabalho destes professores e a exclusão de uma grande parte dos estudantes é o que marca o chamado ensino remoto emergencial na Rede Pública. Na rede de ensino privado as consequências para os trabalhadores é a mesma, com profissionais extremamente sobrecarregados e pressionados, com conteúdos proporcionados que colocam tanto as famílias como os estudantes estressados, pois, o processo de ensino aprendizagem nesta etapa da educação exige um acompanhamento que conta com um profissional formado para atuar neste trabalho: o professor e o espaço da escola. Devido a estas constatações na rede pública, o Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais publicou uma nota pedindo o cancelamento deste tipo de ensino por compreender que neste contexto de pandemia, este modelo tem deixado marcas mais negativas no processo educacional.

Assim, ao se estabelecer modalidades de ensino não condizentes com a realidade da escola pública no país, na prática, os direitos de milhões de estudantes e suas famílias estão sendo feridos, o que faz com que a utilização desses meios deva ser pensada com muito cuidado por todos que defendem uma educação de qualidade e para todos.

3



SÃO NOSSOS PRINCÍPIOS:

Nosso Seminário discutiu pontos importantes para a manutenção do direito à Educação e, neste primeiro momento, apresentamos os 12 princípios que foram construídos para que este direito se efetive em tempos de pandemia.

01 - Favorável ao Teletrabalho, mas somente para formação e relação socioafetiva com a Comunidade Escolar.

02 - Contrário a EAD e ao Ensino emergencial remoto. Neste momento as atividades de interação com os estudantes e famílias devem ter o objetivo de interação, sem caráter obrigatório e letivo.

03 - Os representantes devem participar nos grupos da escola de forma atenta e crítica: • Fortalecendo a posição contra a EAD. • Fortalecendo a exigência e condições para o teletrabalho, a fim de não permitir que os grupos extrapolem até mesmo as exigências da Portaria da PBH. • Apontar as contradições da Prefeitura em relação à cidade e exigir a quarentena geral, com garantia de renda mínima para as famílias dos estudantes.

04 - As atividades elaboradas no período de teletrabalho não podem exceder às funções previstas no Estatuto e/ou Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação.

05 - Os Trabalhadores em Educação Concursados não devem, *a priori*, determinar tarefas aos Trabalhadores Terceirizados.

06 - As escolas podem organizar coletivos temáticos que envolvam a readequação da Proposta Pedagógica e curricular, levando em consideração os estudantes e Trabalhadores em Educação com deficiência.

07 - Aproveitamento do momento de teletrabalho para fortalecer o Projeto Político Pedagógico das escolas, respeitando o princípio da autonomia em diálogo com as outras instituições que possam auxiliar na reflexão sobre Saneamento, Alimentação, Saúde, Segurança e Trabalho, questões importantes para a Comunidade Escolar. Devendo estar atentos à diversidade da Comunidade Escolar (gênero, pessoas com deficiência, etc.).

08 - A Escola Integrada precisa ser vista como parte de todo o processo educacional da escola e deve caminhar em auxílio à educação regular. As ações de integração, na perspectiva da educação integral, devem sempre primar pelo direito à Educação como um princípio para todos os estudantes. Educação sempre gratuita, de qualidade e com valorização dos trabalhadores.

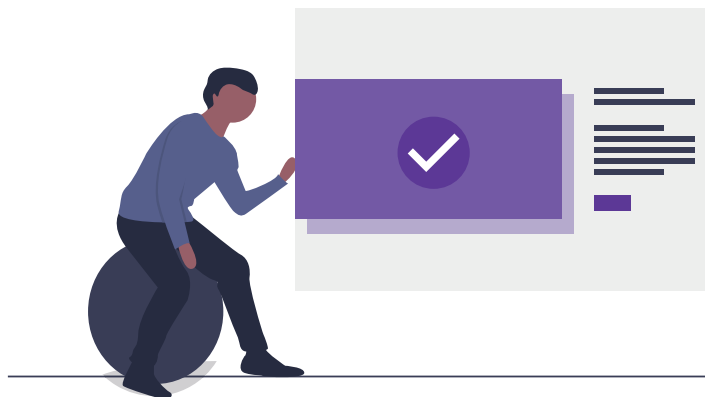
09 - Posição contrária à implantação de EAD e/ou Ensino Remoto Emergencial na Rede Municipal. • O Ensino à distância (aula remota, com conteúdos curriculares) não deve ser implementado por não alcançar, simultaneamente, todos os alunos que, por diferentes condições sociais, materiais e emocionais, não terão as mesmas possibilidades. • A falta de disponibilidade das famílias pode ser um empecilho para a EAD. A Educação é dever do Estado. O professor não pode ficar desqualificado no desenvolvimento do seu trabalho. • O uso de plataformas, aplicativos e recursos tecnológicos (remotos ou não) deve ser feito de forma opcional, consciente, sob controle e com autonomia dos profissionais e coletivos de trabalho. Deve ser feita de forma a garantir o princípio educativo da relação interpessoal professor/aluno, ensino/aprendizagem. Portanto, deve ser um recurso periférico e complementar do processo educativo e do processo de trabalho docente. Por isso, devem ser feitos dentro da normalidade de educação e ensino presencial. Isso não significa uma posição “tecnofóbica”, sectária, contra as novas tecnologias, mas sim, pelo entendimento de que elas nascem por imperativo funcional da acumulação de capital e poder. • Neste momento, priorizar a vida, o contato com as famílias, curso de formação, manutenção do vínculo social. Fazer o mapeamento da comunidade é importante, bem como reforçar os vínculos. As reuniões de teletrabalho devem ser utilizadas para a construção do retorno.

10 - Lutar pela garantia de períodos apropriados de descanso e recessos para estudantes e professores antes e após o retorno, evitando estafa e condições precárias de trabalho e educação.

11 - Garantia da realização de assembleias escolares anteriores ao retorno às aulas, para envolver a Comunidade Escolar no debate e planejamento desse momento.

12 - Que qualquer discussão sobre reorganização de calendário seja feita no pós-pandemia.

4



AÇÕES DIRECIONADAS À SMED

Após discutirmos pontos importantes para a manutenção do direito à Educação em tempos de pandemia, foram elaboradas diretrizes direcionadas à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH):

13 - A SMED/PBH é responsável e deve garantir toda a estrutura material e tecnológica (internet, aparelhos, estrutura ergométrica, etc.) para a realização das atividades sem envolver nenhum gasto adicional ao trabalhador.

14 - O mecanismo institucional a ser utilizado deve ser o e-mail. Mesmo que o trabalhador tenha outros mecanismos ele não pode ser pressionado a utilizá-los. Uma vez que a Prefeitura não está propondo nenhuma garantia de estrutura ou ajuda financeira.

15 - Reivindicar que a PBH realize pesquisa na Comunidade Escolar, a fim de ter um panorama da situação de condições de acesso, internet e equipamentos, saúde, questões financeiras, organização familiar, etc.

16 - Reivindicar que a PBH forneça apoio psicológico aos trabalhadores e estudantes nesse momento de pandemia e após.

17 - Reivindicar que a SMED/BH forneça um Plano de Formação para os coletivos da escola que contemple formação tecnológica e diversos temas que impactam a educação. Cabem aqui também temas relacionados à crise econômica mundial atual e seus impactos sociais, à crise pandêmica no contexto da sociedade capitalista atual e seus impactos sociais desiguais: de classe, de

raça, de gênero, pessoas com deficiência, relacionando esses estudos com a realidade concreta das comunidades. A formação deve abarcar também o tema da saúde e discussão sobre protocolos de retorno.

18 - Reivindicar que a SMED/BH estude formas de uso seguro das redes sociais (como WhatsApp, e-mail, etc.) para interação com os alunos e protocolos de proteção aos trabalhadores. Bem como a garantia ao direito de imagem preservado e direito a recusa de produção de vídeos e fotos para divulgação.

19 - Reivindicar a criação de uma comissão técnica que incorpore a representação dos trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte para as decisões sobre o momento de retorno às aulas.

20 - Criação de um comitê da educação para acompanhar e pensar estratégias para esse momento de pandemia com gestores, pais, alunos e professores.

21 - Reivindicar da Prefeitura a garantia de um kit lúdico para enviar às famílias (livros de literatura, jogos e outros materiais) a fim de mediar a relação da família com as crianças e jovens.

22 - Reivindicar que a SMED/BH assuma suas responsabilidades em efetivar os canais e meios para o debate intersetorial (com os outros serviços públicos) nas comunidades.

23 - Reivindicar que a SMED/BH viabilize parcerias com os Correios, com rádios e TVs públicas comunitárias, para auxiliar o contato socioemocional com alunos e pais, nesse momento de pandemia.

24 - Garantia de um período apropriado de acolhimento emocional aos estudantes após o retorno.

25 - A PBH/SMED deve buscar estabelecer parcerias entre os diversos equipamentos públicos para garantir o atendimento às Comunidades Escolares em todas as áreas e âmbitos, levando em conta as complexidades individuais de cada estudante.

26 - Afastamento de professores e alunos que possuam comorbidades ou que morem com alguém que possua, sem nenhum prejuízo financeiro ou pedagógico.

27 - Pagamento, pela PBH, de insalubridade aos Trabalhadores em Educação que estão sendo obrigados a estarem na escola neste contexto de pandemia.

28 - Garantia de não demissão dos Terceirizados e dos Monitores da Escola Integrada, dada a sua importância no desempenho e na construção de novos saberes e no processo de reconstrução dessa nova escola. Não cancelamento das dobras dos trabalhadores, mesmo daqueles que estão em extensão sobre regência compartilhada.

29 - Garantia aos trabalhadores da Escola aberta, que foram excluídos de qualquer tipo de política pública por parte da SMED/BH, de isolamento social e remuneração durante a pandemia.

5



AÇÕES DIRECIONADAS ÀS NOSSAS LUTAS

Aqui estão listadas 20 ações que serão realizadas pelo Sind-REDE/BH, juntamente com as trabalhadoras e trabalhadores em Educação que o compõem. Lembrando que as ações do Sindicato se consolidam a partir das decisões e da ação conjunta da categoria, o Sindicato é a representação das trabalhadoras e trabalhadores que se unem em luta!

30 - Reafirmamos o princípio da não exclusão, nem dos trabalhadores e nem dos estudantes, e que qualquer proposta a ser construída deverá levar em conta a estrutura material, organizativa e familiar dos estudantes e trabalhadores em Educação.

31 - Desenvolver uma campanha pela abertura de negociação da SMED com o Sind-REDE/BH: cartazes, vídeos nas redes virtuais, cartas dos coletivos de trabalhadores das escolas.

32 - Campanha pela participação dos representantes das entidades dos servidores da PBH nos comitês de crise.

33 - Estabelecer, via Sindicato e via coletivos das escolas, conexões com as lutas e organizações locais comunitárias; juntar forças, trocar informações, trocar experiências, traçar ações e objetivos comuns rumo a uma auto organização das comunidades.

34 - Que as empresas públicas sejam acionadas para construção de plataformas tecnológicas educativas para uso exclusivo das escolas públicas.

35 - Impulsionar a luta pela redução definitiva do número de alunos em sala de aula, rodízio (nesse momento de pandemia) e construção de novas estruturas. Construção de escolas para atender a demanda de menos alunos, reivindicação sanitária e sobretudo pedagógica, para a melhoria da qualidade da Educação. Concurso público para adequação da quantidade de trabalhadores em Educação às medidas de redução do contágio (menos alunos por sala, reforço na limpeza, etc.).

36 - A entrega de material físico não deve ser feita por nenhuma escola neste momento. Esta definição se justifica por dois elementos: 1) a entrega de material físico representa uma pressão sobre a maioria das famílias e pouca eficácia de interação escolar; 2) não existem protocolos de saúde em relação a isso. Portanto, pode ser um veículo de contaminação de responsabilidade de quem assumir esta tarefa.

37 - Que no retorno às aulas presenciais seja concedido às famílias da Educação Infantil a possibilidade de escolher entre enviar ou não os filhos de volta à escola sem que a vaga seja comprometida.

38 - Que a organização, produção ou seleção de materiais de qualquer natureza a ser apresentado aos estudantes seja de responsabilidade do grupo de professores de cada Comunidade Escolar (Escola).

39 - O uso de rádio, TV, cartazes, carros de som, plataformas digitais, dentre outras possibilidades podem ser consideradas. No entanto, não podem ser dissociadas do controle por parte da Comunidade Escolar e da responsabilidade do Poder Público, que deve garantir sua implementação.

40 - Lutar pela ampliação (de responsabilidade da PBH) da internet pública e gratuita na nossa cidade, de modo que todos os trabalhadores possam realizar o teletrabalho e que os materiais produzidos remotamente pelas escolas (sejam sites, vídeos etc.) alcancem toda a Comunidade Escolar.

41 - Intensificar a luta pela flexibilização das 800 horas letivas para toda a Educação.

42 - Rejeição da ampliação da ingerência privada e do controle ideológico nas escolas.

43 - Luta, após o retorno às aulas, pela garantia dos momentos coletivos de discussão e planejamento, para avaliação e aprimoramento das ações desenvolvidas, visando a melhor qualidade da Educação. Garantia de 1/3 da jornada para organização dos materiais e estudo do professor.

44 - Reivindicar a garantia de mais recursos para a Educação, com a realização de novos concursos e contratações, para atender às demandas de grupos pequenos de alunos, à ampliação da infraestrutura e à adoção das medidas sanitárias e EPIs necessários para o retorno.

45 - Fortalecimento da unidade entre todos os segmentos de trabalhadores da Rede (Concursados e Terceirizados) sendo todos incluídos nos debates.

46 - Reivindicar o pagamento, pela PBH, do Vale Refeição a todos (Concursados e Terceirizados) e garantia da cesta básica para os Terceirizados.

6



PROPOSTAS DE EIXOS POLÍTICOS VOTADOS EM ASSEMBLEIA A SEREM ABSORVIDAS PELO SIND-REDE

Em assembleia, ao serem referendadas as propostas aprovadas no Seminário, os Trabalhadores em Educação também votaram alguns eixos políticos a serem absorvidos nas lutas e campanhas do Sind-REDE/BH. São eles:

Incorporar as lutas mais gerais do movimento dos trabalhadores: contra a retirada de direitos; contra a ampliação das privatizações e terceirizações nos serviços públicos, em especial da educação; contra todas as privatizações de empresas e serviços públicos estatais; pela garantia da quarentena com renda mínima a todos os trabalhadores e desempregados durante a pandemia; por um plano de socorro aos micro e pequenos empresários, pela proibição de demissões, quebra de contratos de trabalho e redução de salários; contra o congelamento dos serviços públicos e dos direitos dos servidores públicos; pela ampliação de investimentos na Educação e Saúde; Intensificar a luta pelo fim da Emenda Constitucional 95, que restringe os investimentos em Saúde e Educação; contra a Reforma Administrativa; pela revogação das Reformas Trabalhistas e da Previdência; por políticas de geração de emprego; contra a especulação imobiliária, a grilagem de terras do Estado; contra a destruição predatória do Meio Ambiente para a acumulação capitalista; ser parte ativa de uma frente contra a Reforma da Previdência e Administrativa do Estado de Minas Gerais.

Priorizar a proteção à vida e à saúde: Articular campanha exigindo dos governos em todas as instâncias municipal, estadual e federal,

o retorno e radicalização do isolamento social até o momento de declínio da pandemia; fortalecer a campanha e a divulgação da necessidade de procedimentos coletivos e individuais de cuidados de prevenção; reivindicar a manutenção e ampliação do valor do Auxílio Emergencial; reivindicar outras garantias de renda e recursos de sobrevivência de desempregados e autônomos; lutar pela estabilidade do emprego e contratos de trabalho sem redução de salários; reivindicar plano de socorro aos micro e pequenos empresários; reivindicar políticas governamentais de emprego e renda; apoiar iniciativas sociais de renda, moradia, segurança alimentar; participar de movimentos e ações sociais em defesa do SUS, com ampliação de financiamento e controle social e por políticas públicas de saneamento, com controle social contra processos de privatização nesse setor; ser parte ativa de uma frente contra a Reforma da Previdência e Administrativa do Estado de Minas Gerais.

Financiamento do Programa de Combate à Pandemia: Pela suspensão do pagamento da Dívida Pública, cobrança sobre grandes fortunas, uso das reservas internacionais para garantia da vida e da sobrevivência dos trabalhadores; fim das isenções de impostos às grandes empresas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual situação evidencia tanto no campo da Educação quanto no campo da Saúde a falta de investimentos em ambos os setores e escancara a necessidade da adoção de políticas efetivas e grandes investimentos, tanto nas estruturas físicas e de materialidade, quanto nas condições de trabalho dos profissionais que desempenham suas funções. Os cortes orçamentários e outras medidas restritivas como o teto de gastos já adotados vem causando uma enorme lacuna nos sistemas públicos de Educação e Saúde e necessitam ser imediatamente revistos. Não podemos mais aceitar que setores primordiais sejam tratados como gasto. Exigimos investimento e respeito aos profissionais que se dedicam à formação e ao cuidado da vida do restante da população.

Nesse contexto, o Seminário “Direito à Educação e desafios em Tempos de Pandemia” cumpriu um importante papel de debater e refletir sobre o atual cenário político e suas consequências para o enfrentamento da maior crise sanitária, política e de saúde que já vivemos, bem como discutir importantes ações no âmbito educacional dentro do contexto da Educação Municipal da cidade de Belo Horizonte. Tendo uma boa participação dos Trabalhadores em Educação, foi possível construir um debate sobre o significado do Teletrabalho, a EAD e o Ensino Remoto Emergencial e como estes conceitos podem impactar a Educação Municipal envolvendo o direito à Educação, a Saúde do trabalhador, a Educação de crianças, jovens e adultos, a Escola Integrada, Educação inclusiva e a condição dos trabalhadores em Educação: Concursados e Terceirizados.

Ao final, dentre tantos apontamentos e importantes construções, a categoria aprovou um posicionamento contrário a EAD na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, favorável à autonomia das escolas para seguir as proposições da Portaria 110/2020, sem ultrapassar o que foi cobrado pela Secretaria Municipal de Educação, de forma a realizar o teletrabalho para pensar o retorno e apenas como manutenção de vínculos entre a escola, professores, estudantes e famílias, sem que haja envio de materiais físicos para suas casas e sem que sejam trabalhados conteúdos que extrapolem questões referentes à pandemia de Coronavírus e seu combate.

Entendemos que, antes e após o retorno às aulas, os governos devem viabilizar formas de comunicação entre as Comunidades Escolares, promover a intersetorialidade, auxiliar na promoção de diálogos formativos entre os profissionais da Educação, os estudantes e suas famílias, a fim de que sejam garantidos os direitos educacionais, com adequada atenção às futuras condições de trabalho, que deverão ser regidas por novas regras sanitárias e possivelmente de sociabilidade.

É de fundamental importância que cada sistema de ensino tenha autonomia para definir as possíveis formas de recuperação e propostas de calendário de reposição, com a participação das Comunidades Escolares nas proposições e deliberações por meio de reuniões, de assembleias, seguindo as orientações firmadas pelos governos, sindicatos e entidades da sociedade civil, de acordo com os princípios que regem a gestão democrática.

Estamos frente a um cenário alarmante e como dito acima, nossas escolas já funcionavam de forma precária muito antes da pandemia. Nesse contexto tão desafiador, não temos possibilidade de um retorno seguro, principalmente nessas escolas. Não podemos voltar ao trabalho enquanto não houver segurança com relação ao risco de contágio e disseminação dessa doença, pois, caso não escolhamos agora pela vida, teremos uma nação arrasada e não haverá economia que nos salve. Não há dinheiro que pague por vidas. Nossas vidas valem mais!

8

REFERÊNCIAS

Compilado com as Propostas aprovadas no Seminário Direito à Educação e Desafios em Tempos de Pandemia. Disponível em:

<<http://redebh.com.br/sind-rede-elabora-compilado-com-as-propostas-aprovadas-no-seminario-direito-a-educacao-e-desafios-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em 25/07/2020.

Crise Sanitária, política e econômica

A situação dos Trabalhadores Terceirizados de Belo Horizonte

Previdência e teletrabalho em tempos de pandemia

O processo de privatização da educação e sua intesificação em tempos de pandemia Disponível em: <<https://www.facebook.com/sind.rede/videos/1565141796979928>>. Acesso em 25/07/2020.

Direito à Educação em tempos de Pandemia. Disponível em:

<<http://redebh.com.br/confira-os-videos-do-seminario-direito-a-educacao-e-desafios-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em 25/07/2020.

Experiências de outras redes e no mundo. Disponível em:

<<http://redebh.com.br/confira-os-videos-do-seminario-direito-a-educacao-e-desafios-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em 25/07/2020.

MORAN, José Manuel. O ensino superior a distância no Brasil. EDUCAÇÃO & LINGUAGEM. V. 12, N. 19, 17-35, JAN.-JUN. 2009.

MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo; OLIVEIRA, Márcia Rozenfeld Gomes de. A docência virtual versus presencial sob a ótica dos professores. In: _____(Org.). **Polidocência na educação à distância**: múltiplos enfoques. São Paulo: EdUFSCar, 2010. p. 41-73.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Maria Kreuch. 5.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2009.



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

Somos parte de uma REDE que não se rompe e não se deixa abater!